

Sumário

PARTE I – DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO	21
1. Histórico	21

▪ CAPÍTULO 2

CONTEXTO LEGISLATIVO	31
1. Cenário legislativo.....	31
2. Competência legislativa	32
3. Lei nº 14.133/2021.....	38
3.1. Aspectos positivos e negativos da nova lei.....	38
3.2. Os impactos normativos – vigência, revogações e alterações.....	42
3.3. Regime de transição.....	44
4. Critérios transnacionais	51
5. Impacto da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro à nova Lei de Licitações.....	52

▪ CAPÍTULO 3

LICITAÇÃO.....	57
1. Conceito	57
2. Finalidade	57
3. Sujeitos à licitação.....	60

4. Incidência da lei	71
5. Princípios básicos.....	73
6. Os agentes públicos e as comissões de licitações	91
6.1. Agente de contratação.....	94
6.2. Comissão de contratação	96
6.3. Banca.....	97
6.4. Leiloeiro e pregoeiro.....	97
6.5. Das vedações dos agentes públicos	99
7. Modalidades	101
7.1. Concorrência.....	109
7.2. Concurso	110
7.3. Leilão.....	112
7.4. Pregão.....	113
7.5. Diálogo competitivo	118
7.6. Outras modalidades	122
8. Procedimento licitatório.....	123
8.1. Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021.....	123
8.1.1. Fase preparatória.....	123
8.1.2. Fase de divulgação do edital de licitação	135
8.1.3. Fase de apresentação de propostas e lances	137
8.1.4. Fase de julgamento.....	140
8.1.5. Fase de habilitação.....	148
8.1.6. Fase recursal.....	153
8.1.7. Fase de homologação	155
9. Procedimentos auxiliares	155
9.1. Credenciamento.....	156
9.2. Procedimento de pré-qualificação.....	157
9.3. Procedimento de manifestação de interesse.....	157
9.4. Sistema de registros de preços	159
9.5. Registro cadastral	166
10. Algumas licitações	168
10.1. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	168
10.2. Licitações internas e internacionais.....	168
10.3. Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte.....	170
10.4. Licitação para contratação de serviço de publicidade.....	176

10.5. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016).....	178
10.6. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento à pandemia de Covid-19.....	190
10.7. Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i>	195
10.8. Regime de aquisição no estado de calamidade pública	197
 ■ CAPÍTULO 4	
CONTRATAÇÃO DIRETA	199
1. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade	199
2. Inexigibilidade	203
2.1. Pressupostos para a realização da licitação	203
2.2. Objeto licitável e a pluralidade.....	205
2.2.1. Bem singular	206
2.2.2. Serviços singulares.....	206
2.2.3. Hipóteses legais de inexigibilidade	207
2.2.3.1. Produtor, empresa ou representante exclusivo.....	208
2.2.3.2. Serviços técnicos especializados.....	209
2.2.3.3. Setor artístico	216
2.2.3.4. Credenciamento.....	217
2.2.3.5. Aquisição e locação de imóvel.....	218
3. Dispensa de licitação.....	219
3.1. Licitação dispensada	219
3.2. Licitação dispensável.....	222
 ■ CAPÍTULO 5	
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	241
1. Conceito	241
2. Características.....	244
3. Formalismo	246
4. Cláusulas necessárias.....	254
5. Regime de execução	261
6. Garantia	264
7. Duração do contrato	268
8. Pagamentos devidos ao contratado	275
9. Cláusulas exorbitantes	286

10. Alteração contratual	294
10.1. Alteração unilateral do contrato administrativo	295
10.2. Alteração bilateral do contrato.....	299
10.2.1. Teoria da imprevisão	302
10.3. Situações específicas para alguns contratos.....	304
10.4. Matriz de alocação de riscos	306
11. Da execução do contrato e suas responsabilidades	308
12. Regras para entrega do objeto do contrato	315
13. Extinção do contrato administrativo.....	318
13.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	318
13.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021	325
13.3. Das nulidades do contrato administrativo	328
13.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias	330
14. Contratos em espécie	332
14.1. Contratos propriamente ditos	333
14.2. Contrato de concessão	335
14.2.1. Concessão comum de serviço público.....	336
14.2.1.1. Fundamento legal	336
14.2.1.2. Conceito	337
14.2.1.3. Poder concedente.....	338
14.2.1.4. O concessionário.....	342
14.2.1.5. Direitos e obrigações do usuário	346
14.2.1.6. Natureza jurídica	349
14.2.1.7. Distinções.....	349
14.2.1.8. Formalidades da concessão.....	350
14.2.1.9. A remuneração e a política tarifária.....	359
14.2.1.10. Formas de extinção.....	363
14.3. Parcerias do poder público com os particulares	366
14.3.1. Conceito.....	366
14.3.2. Legislação	367
14.3.3. Objetivos	370
14.3.4. Modalidades.....	370
14.3.5. Características.....	372
14.3.6. Diretrizes.....	374
14.3.7. Formalização da concessão especial.....	375

14.3.8. Vedações.....	382
14.3.9. Concessões especiais para o âmbito federal.....	383
14.4. Permissão de serviço público.....	387
14.4.1. Conceito e requisitos.....	387
14.4.2. A precariedade e a formalização.....	387
14.4.3. Principais diferenças.....	391
14.5. Contrato de gestão.....	392
15. Convênios e consórcios.....	396
16. Consórcios públicos.....	400
16.1. Objetivos.....	402
16.2. Formalização.....	404
16.3. Prestação de serviços públicos e o contrato de programa.....	408
16.4. Recursos financeiros.....	409
16.5. Alteração e extinção do consórcio público.....	410
17. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista.....	411
18. Contrato público de solução inovadora (CPSI).....	414

■ CAPÍTULO 6

IRREGULARIDADES E SANÇÕES	417
1. Das infrações e sanções administrativas.....	417
1.1. Sanções na Lei nº 8.666/93.....	418
1.2. Sanções na Lei nº 10.520/2002.....	420
1.3. Sanções na Lei nº 12.462/2011.....	421
1.4. Sanções na Lei nº 14.133/2021.....	421
1.5. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	424
1.6. Infrações na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 12.462/2011.....	425
1.7. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	425
2. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrati- vas.....	428

■ CAPÍTULO 7

RECURSO ADMINISTRATIVO	433
1. Recurso administrativo em sentido amplo.....	433
2. Dos recursos administrativos na Lei nº 14.133/2021.....	435

▪ CAPÍTULO 8

CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	439
1. A importância do controle.....	439
2. As linhas de defesa	440
3. Controle administrativo, legislativo e judicial	442
4. Controle interno e externo	443
5. Controle de legalidade	447
5.1. A exigência de processo administrativo prévio	448
5.2. Convalidação ou saneamento	450
5.3. Estabilização de efeitos.....	452
6. O processo de controle	463

▪ CAPÍTULO 9

RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA	469
1. Responsabilidade civil	470
1.1. Das responsabilidades dos agentes públicos nas contratações públicas	475
1.2. Dos elementos da responsabilidade dos agentes públicos.....	480
1.3. Das responsabilidades dos agentes públicos nas leis de licitações e contratos	485
1.4. Parecerista jurídico	490
2. Responsabilidade por ato de improbidade administrativa – Lei nº 8.429/92	498
3. Da responsabilidade na Lei nº 12.846/2013 das pessoas jurídicas nas licitações e contratações	523

PARTE II – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

▪ CAPÍTULO 1

DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	551
1. Introdução.....	551

2. Justiça penal negociada e os crimes em licitações e contratos administrativos.....	555
3. Informante do bem ou "whistleblower"	566
4. Crimes em espécie	570
5. Pena de multa.....	628

**PARTE III – QUADRO
COMPARATIVO**

QUADRO COMPARATIVO	633
---------------------------------	------------